

CALAMIDADE NO RS

Sistemas de contenção de cheias precisarão evoluir

Eduardo Amaral

eduardo.amaral@gruposinos.com.br

As recentes enchentes que atingem o Rio Grande do Sul colocam um desafio para a sociedade sobre formas para minimizar os impactos das chuvas. As alternativas usadas até este momento se mostraram insuficientes para evitar perdas de vidas e materiais. Os limites dos diferentes sistemas adotados no Estado ficaram evidentes de formas diversas.

No Vale do Sinos, os sistemas de contenção precisarão ser ampliados, na visão do professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH-UFRGS) Walter Collischonn. “O que terá de ser feito é revisar o dimensionamento desse sistema e, possivelmente, em locais como Novo Hamburgo e São Leopoldo, o

dique terá de ficar mais alto”, projeta o professor.

Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio dos Sinos (Comite-sinos), Viviane Feijó considera necessário que se faça uma avaliação ampla de toda a bacia para definir como será feita essa proteção. “Há a necessidade de ter um estudo como um todo, a gente sempre insiste que ações individuais em municípios não resolvem o problema, é preciso avaliar a bacia como um todo.”

Falhou na capital

“Se no Vale do Sinos o problema central foi o volume de chuvas superior à capacidade projetada, em Porto Alegre a situação foi diferente. Na capital, o sistema falhou sem que tenha sido atingida a cota máxima para que ele foi projetado”, lembra o professor Collischonn.

Originalmente, o siste-



Dique que protege São Leopoldo e Novo Hamburgo

ma de contenção de cheias do Guaíba deveria suportar uma elevação de até 6 metros, contudo, o maior nível registrado foi pouco acima de 5,30 metros.

Um dos problemas comuns entre Guaíba e Rio dos Sinos foram os volumes que superaram a altura dos diques de contenção. Por isso, um aumento na altura desses sistemas já é algo estudado e apontado como necessário para os próximos

DÉBORA ERTEL/GES-ESPECIAL/ARQUIVO

anos. “É uma necessidade urgente de a gente recuperar esse sistema na medida em que vimos que ele foi pressionado e, pela primeira vez, tentado com níveis tão elevados, e apresentou problema”, ressalta Viviane.



Acesse abcmails.com.br/tempestade e leia mais sobre as cheias no RS



Rodovia do Parque terá elevadas sobre rios e arroios

Cheia não altera projeto de extensão da BR-448

O projeto executivo de extensão da BR-448 entre Sapucaia do Sul e Portão, que está em fase de elaboração desde o ano passado, não sofrerá nenhuma alteração diante da maior catástrofe climática já registrada na história do Rio Grande do Sul. A especulação sobre eventuais mudanças foi levantada após a área por onde está projetado o traçado de extensão da rodovia ser novamente tomada pelas águas do Rio dos Sinos no início deste mês.

A informação de que a enchente não mudará o planejamento em execução foi dada pelo superintendente regional do Departamento Nacional

de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Hiratan Pinheiro da Silva, nesta semana. Conforme o chefe do Dnit no Estado, o projeto já havia sido revisto após as enchentes registradas em setembro e novembro de 2023. “As chuvas do ano passado [nos fizeram revisar o projeto], ampliando as áreas que serão em elevada”, explica.

No final do mês passado, Silva confirmou que o novo traçado, com aproximadamente 20 quilômetros, será entre 50% e 60% construído elevado, justamente para evitar impactos ambientais, já que a rodovia cruzará sobre o Rio dos Sinos e diversos arroios.

+ Gestores planejam

Prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi diz que o debate a respeito de investimentos para elevação dos diques deve começar já nesta semana. “Estou defendendo que o governo federal constitua um grupo de estudo técnico e a gente faça um projeto de ampliação de um metro no dique e alargamento da base dele, e (também) um sistema de monitoramento mais moderno.”

Investimento nas casas de bombas também é uma das medidas planejadas em Porto Alegre, que depende reforço na estrutura já existente. “A primeira grande mudança é a troca de comportas, colocar

portas mais robustas. Depois, rever se há o que se corrigir das casas de bombas, se precisam ser mais elevadas”, afirma o atual diretor-geral do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), Maurício Loss.

Da mesma forma que Vanazzi, o diretor do Dmae considera que o principal problema deste episódio está em seu ineditismo. “Agora (o sistema) foi posto à prova. Se ele tivesse sido posto à prova na década de 70 ou 80, os mesmos problemas teriam vindo à tona, porque são de concepção de projetos”, garante Loss, negando falha na manutenção do sistema.

+ Realidades distintas

Enquanto lugares como o Vale do Sinos e Porto Alegre conseguem pensar em ações para conter as chuvas, regiões como Vale do Taquari sequer podem pensar em ações como construções de diques. “No Vale do Taquari não existe um sistema de proteção contra cheias desse tipo, então, não houve falha do sistema nem será preciso redimensionamento, porque a proteção por diques é praticamente inviável, porque o nível da água sobe muito mais, em Lajeado sobe 20 metros”, explica o professor Collischonn.

Nessas situações, a proteção passa por questões mais complexas e precisam de um esforço

social ainda maior. A manutenção e preservação de áreas alagáveis na cidade é fundamental para manter a população protegida. “No caso da região de banhados que temos aqui no baixo Sinos, ela é fundamental para que o rio possa ocupar esse espaço”, explica Viviane, trazendo o caso para o Vale do Sinos, que, mesmo tendo sistemas de contenção com diques, precisa pensar na ocupação das cidades. Isso porque apenas tentar conter as elevações de rios, arroios e lagos não é suficiente para garantir a segurança da população. “Nosso grande problema é a forma como viemos tratando o meio ambiente.”

Investimentos altos

Loss projeta que apenas a elevação do dique no bairro Sarandi custaria algo em torno de R\$ 130 milhões, e todo o processo de reestruturação do sistema já existente, incluindo obras de drenagem no Guaíba, teria um custo aproximado de R\$ 5 bilhões. Já Vanazzi acredita que o investimento necessário seria em torno de R\$ 160 milhões. “É uma obra de continuação da já existente, então, o custo é menor”, explica.

Plano diretor precisa ordenar

Para a presidente do Comitê dos Sinos, os planos diretores das cidades precisam levar em conta as áreas de inundação e não permitir que estes locais sejam ocupados por imóveis. “Os diques e demais sistemas de

contenção são alternativa para aqueles locais já ocupados e de onde seria difícil, ou até mesmo impossível, do ponto de vista logístico e de recursos, mover toda a população”, pondera Viviane.

RS-240 poderá ter trecho liberado neste domingo

JULIANO ZAPPE PINHO/ESPECIAL



CSG trabalha na recuperação de trecho da RS-240

A Concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG) prevê para este domingo (26) a conclusão da obra e a liberação ao tráfego da RS-240, em Capela de Santana. Na noite de segunda-feira (20), trecho da rodovia desmoronou no quilômetro 20, interditando completamente o trânsito entre Capela de Santana e Montenegro. O que pode atrapalhar a previsão são eventuais problemas decorrentes das novas chuvas.

O desmoronamento foi consequência da

pressão exercida por grande volume de água que estava represado na margem da rodovia. Com o desmoronamento, a água represada desceu em direção à área central de Capela de Santana e inundou residências e estabelecimentos comerciais.

Na terça-feira pela manhã (21), a concessionária iniciou os trabalhos de reconstrução. Galeria pluvial instalada tem dois metros de altura por dois metros de largura, o que aumentará a capacidade de vazão e evitará acúmulo de água.